



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina



Gestão Socioambiental: qualificação técnica voltada à sustentabilidade do espaço rural e pesqueiro catarinense



DATA INÍCIO

06/01/2014

DATA FIM

20/12/2017

RESUMO

A forma inadequada como a sociedade vem se relacionando com o meio onde vive, com o patrimônio natural e cultural do qual é parte integrante, tem trazido sérias consequências ao Planeta. A degradação ambiental, as catástrofes naturais e mudanças no clima das regiões evidenciam a falta de conscientização do ser humano acerca das questões ambientais que permeiam nossas atividades mais cotidianas. Desta forma, desenvolvemos este projeto visando contribuir com a sociedade catarinense na construção de relações mais sustentáveis entre o ser humano e o meio ambiente. A execução se dará através de ações de sensibilização e qualificação de técnicos e das famílias, buscando orientar processos inovadores de tecnologias e de gestão socioambiental. Com isso, espera-se construir junto à sociedade novos conceitos e possibilidades de atuação nas atividades desenvolvidas em suas propriedades, agregando desenvolvimento econômico, equidade social e equilíbrio ambiental.

PALAVRAS CHAVE

Sustentabilidade; meio ambiente; gestão socioambiental; educação ambiental.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A chamada “problemática ambiental” que vivemos atualmente teve origem nas diferentes construções sociais estabelecidas na evolução humana e percepções particulares de apropriação, controle e uso dos recursos naturais.

Desde os tempos mais remotos, a natureza foi vista como um elemento a ser dominado, o meio ambiente era irrelevante para a economia e as fontes de recursos naturais eram consideradas infinitas. De acordo com Passet (1994), apesar de a agricultura ter contribuído significativamente para a geração dos primeiros impactos causados no ambiente natural, somente após a industrialização foram percebidos, com maior evidência, os sinais das falhas resultantes do processo humano de intervenção no ambiente. Essa constatação agravou-se, com a intensificação do processo industrial e o advento de novos produtos mais tóxicos ao ambiente. Neste contexto, foram agravando-se problemas, como a poluição do ar, das águas, e do solo; o desmatamento e as queimadas das florestas; o destino inadequado de dejetos e outros resíduos e a demanda crescente pelo uso de fontes de energia não renováveis.

A discussão sobre as formas de relações estabelecidas e a intervenção humana no meio ambiente começou a ganhar mais espaço a partir de 1970, com o surgimento de movimentos mundiais que passaram a considerar esta temática. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi um importante acontecimento que abriu o debate ambiental ao público e revelou a fragilidade dos ecossistemas que, integrados, sustentavam a vida no planeta. A partir deste momento, passou-se a questionar mais profundamente o apelo do “desenvolvimento a qualquer custo”, e despontou-se a busca pela construção de uma sociedade sustentável.

Desde então, a discussão sobre o meio ambiente e o processo de desenvolvimento em nível local tem-se mostrado plural e conflituosa em decorrência das forças que atuam neste espaço e dos interesses colocados em julgamento. Entretanto, segundo Bowditch e Buono (1997), já é evidente a necessidade das diferentes formas de organização ser observadas como “sistemas abertos” que precisam se adaptar às condições externas mutantes para sobreviverem ao longo do tempo de forma eficaz.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), em Santa Catarina existem mais de 800.000 hectares de matas ou florestas naturais destinadas à preservação

permanente ou à reserva legal das propriedades. No entanto, as formas de utilização como alternativa de renda ou prestação de serviços ambientais ainda são pouco difundidas entre as famílias que, em muitos casos, possuem um sentimento negativo quanto à presença destas áreas em suas propriedades. Outro dado mostrado por este censo dá conta de que mais de 10.000 hectares das áreas das propriedades rurais catarinenses estão degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas) e inaproveitáveis do ponto de vista econômico. Esta situação coloca na sociedade civil e no setor público a responsabilidade de colaborar com a busca de soluções para a preservação ambiental e promoção de ações voltadas à sustentabilidade da agricultura familiar e do espaço rural.

Desta forma, o problema central que este projeto busca responder está relacionado com a percepção que a sociedade estabeleceu com a natureza, ao longo do processo de desenvolvimento, e as intervenções negativas estabelecidas no uso do patrimônio ambiental e cultural.

JUSTIFICATIVA

No atual cenário de degradação ambiental é fundamental pensarmos em ações que contribuam para gerir e integrar conhecimentos que possibilitem formas mais adequadas de relações com o ambiente.

Atualmente faz-se necessário a adoção de atitudes e práticas sustentáveis que garantam a qualidade e disponibilidade de água, a conservação e preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural bem como o reuso e a reciclagem de resíduos sólidos e o acesso a conhecimentos e disponibilização de tecnologias sociais de baixo impacto e fácil adoção.

O meio rural catarinense é extremamente rico em recursos naturais e esta condição impõe que se pense com responsabilidade sobre a sua utilização, sensibilização da população sobre sua importância, formas alternativas de usos, proteção e diminuição da pressão sobre o meio.

O programa Gestão Social do Ambiente, ao qual este projeto está ligado, atua na Epagri, através de ações desenvolvidas em três eixos, sendo: (i) educação ambiental, (ii) gestão da água e saneamento ambiental e (iii) gestão socioambiental.

Sendo assim, torna-se , relevante, que a Epagri, através do Programa Gestão Social do Ambiente, desenvolva um projeto plurianual buscando contribuir com a sociedade catarinense na construção de uma relação mais sustentável entre o ser humano e o meio ambiente.

O desafio é (i) contribuir na construção e orientação de novos valores e saberes estruturados em bases ecológicas e formas democráticas de organização, atuando na criação de novas competências e estratégias inovadoras referentes aos processos que interferem no meio ambiente; (ii) oportunizar espaços para construção e disseminação de tecnologias sociais que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental do espaço rural; e (iii) trazer novas oportunidades e informações para subsidiarem as decisões dos agricultores familiares e pescadores artesanais de Santa Catarina acerca da administração de seus recursos.

OBJETIVO GERAL

Promover ações que contribuam na sensibilização e qualificação de técnicos e das famílias rurais, pesqueiras, indígenas e escolares para a construção de relações sustentáveis de preservação e recuperação do patrimônio natural e cultural visando apoiar a agricultura familiar e a pesca artesanal catarinense através de processos inovadores de tecnologias e gestão socioambiental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar eventos de capacitação do corpo técnico municipal e regional da EPAGRI relacionados aos temas de legislação ambiental, manejo de recursos hídricos para proteção, distribuição e armazenamento de água, saneamento ambiental de baixo custo e tecnologias alternativas de energia;

Descrever as tecnologias sociais de saneamento, água e energias alternativas recomendadas pela EPAGRI e disponibilizá-las no site e por meio de portfólios.

Dar continuidade ao Prêmio EPAGRI Escola Ecologia – Márcia Mortari valorizando as iniciativas de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas públicas do Estado em parceria com o trabalho de extensão rural;

Criar um Núcleo Temático junto aos demais Programas e outros parceiros que dialogue sobre ações e disponibilize informações e tecnologias relativas à convivência com as estiagens e outros eventos climáticos;

Realizar capacitações com técnicos, professores e alunos da rede pública nos temas relacionados à educação ambiental (jogos educativos, arte educação, Corredores Ecológicos);

Realizar eventos estaduais relacionados aos temas: Pagamento por Serviços Ambientais e implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental (CIEA);

Disponibilizar materiais técnicos e didáticos para serem utilizados junto às famílias nas ações de orientação técnica, como maquetes, vídeos, folders, cartilhas e outros;

Reconhecer os produtos locais como temas de educação ambiental, valorizando a meliponicultura (abelhas sem ferrão), sementes e mudas crioulas, gastronomia, folclore, entre outros, como fonte de inclusão, geração de renda, conhecimento e qualidade de vida;

Atuar como parceiros no processo de gestão ambiental nas unidades da EPAGRI através do uso consciente de papel, combustível, energia elétrica e água (Pegada Ecológica).

RESULTADOS ESPERADOS

1 - 100% do corpo técnico da EPAGRI qualificado e atuando em seus locais de trabalho de acordo com a legislação ambiental e 150 extensionistas qualificados e atuando nos demais conteúdos trabalhados pelo projeto;

Indicador:

- Número de técnicos capacitados nos assuntos especificados;
- Trabalhos nas comunidades realizados nas áreas de saneamento, água, energias alternativas e legislação ambiental;

2 - 100% das tecnologias sociais de saneamento, água e energias alternativas recomendadas pela EPAGRI descritas e disponíveis no site e em publicações;

Indicador:

- Comparar número de tecnologias sociais recomendadas e as que estão disponibilizadas no site e em publicações (SEPROTEC);

3 – 100 Escolas públicas ao ano, que recebem alunos do meio rural, motivadas para as questões ambientais e desenvolvendo trabalhos e projetos de educação ambiental em parceria com a EPAGRI.

Indicador:

- Número de escolas com atividades cadastradas no SEATER por ano.
- Número de escolas inscritas no Prêmio Epagri Escola Ecologia;
- Número de municípios desenvolvendo ações de educação ambiental com escolas;

4 – Publicação de 1 material didático por ano sobre eventos climáticos de Santa Catarina para que sejam disponibilizados aos técnicos municipais e famílias rurais.

Indicador:

- Número de publicações ao ano e distribuição.

5 – 50 técnicos e 90 professores atualizados e atuantes em Corredores Ecológicos e 60 técnicos e 60 professores atualizados e atuantes em arte educação e jogos educativos.

Indicador:

- Número de técnicos e professores participantes das oficinas realizadas nos Corredores Ecológicos, na Pedagogia da Cooperação e nas oficinas de Jogos Educativos.
- Ações relatadas pelos técnicos relativas aos Corredores Ecológicos com famílias rurais e escolas.

6 - Eventos estaduais sobre pagamento por serviços ambientais nas áreas dos Corredores Ecológicos e sobre implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental realizados.

Indicador:

- Evento realizado;
- Número de participantes;
- 70% das avaliações do evento sendo consideradas positivas;
- 5 famílias residentes nos Corredores Ecológicos Rio Timbó e Rio Chapecó recebendo pagamento por serviços ambientais;

7 – 100% dos municípios dispendo de materiais educativos (no mínimo 2 por ano) para subsidiarem suas orientações técnicas referentes aos temas trabalhados pelo Programa Gestão Social do Ambiente.

Indicador:

- Número de materiais elaborados e sua distribuição para os municípios.

8 – 10 escolas desenvolvendo projetos de educação ambiental considerando os produtos locais como tema gerador.

Indicador:

- Número de escolas que estão desenvolvendo projetos de educação ambiental considerando os produtos locais como tema gerador;

9 - 40 eventos integrados com outros programas relacionados no SECEVE em educação ambiental considerando os produtos locais como tema gerador.

Indicador:

- Número de eventos integrados com outros programas relacionados no SECEVE em educação ambiental considerando os produtos locais como tema gerador.

METAS

Capacitar 150 extensionistas locais da EPAGRI em Legislação Ambiental durante eventos já programados pelos programas;

Realizar 3 oficinas (1 ao ano) em Saneamento para 90 técnicos (Energias alternativas, água e efluentes e resíduos sólidos), (SC Rural); META SC RURAL

Realizar 6 oficinas (2 no primeiro ano, 2 no segundo e 2 no terceiro ano do projeto) para 150 extensionistas e professores em educação ambiental (Corredores Ecológicos, arte educação, tecnologias alternativas de energias), META SC RURAL

Realizar 3 edições do Prêmio Epagri Escola Ecologia - Márcia Mortari (2014 a 2016); META SC RURAL

Realizar 1 Seminário Estadual sobre Pagamento de Serviços Ambientais (2015); META SC RURAL

Descrever 9 tecnologias sociais de baixo custo e disponibilizá-las no site;

Publicar 4 pôsteres e 2 boletins didáticos com a descrição das tecnologias recomendadas (Folder: Ecodecompositor, Carneiro Hidráulico, Corredor Ecológico e PSA. Boletim: Filtros lentos e tratamento esgoto doméstico);

Elaborar 3 maquetes de tecnologias sociais de saneamento ambiental (Filtros lentos e tratamento de esgoto doméstico);

Realizar 1 Vídeo Conferência em parceria com o programa ANAA;

Compor 1 Núcleo Temático estadual para discussão de assuntos referentes à convivência com a estiagem;

Publicar 4 materiais informativos relativos a mudanças climáticas;

Assessorar 50 técnicos atuantes nos Corredores Ecológicos;

Assessorar, com aprofundamento conceitual em gestão socioambiental, 10 responsáveis pelo Programa GSA nas UGT's;

Viabilizar a participação de 10 responsáveis pelo Programa nas UGT's em cursos de pós-graduação (especialização ou mestrado);

Capacitar os instrutores da Ação com Jovens nos Centros de Treinamento, nos temas relacionados à questão ambiental, dando organicidade através de 4 oficinas com 30 técnicos;

Apoiar tecnicamente, através de 20 visitas, as 10 UGT's, em temas relacionados ao Programa GSA;

Oportunizar a participação de 20 técnicos por ano em eventos técnico-científicos para atualização e troca de experiências.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para execução das atividades previstas junto aos técnicos da Epagri, serão utilizadas metodologias de extensão rural, quais sejam: cursos, seminários, reuniões técnicas, oficinas, vídeo conferência, viagem técnica, visitas e encontros.

Cada UGT deverá ter um representante do Programa. Este colaborador será capacitado em temas relacionados para dar suporte à sua UGT. Para este grupo será priorizado a troca de experiências, formação técnica, compartilhamento de materiais e outras formas de se buscar a afinidade com o foco do Programa e execução das ações planejadas pelo mesmo.

Os materiais didáticos publicados e disponibilizados aos municípios deverão ser utilizados como suporte ao trabalho realizado com as famílias rurais, jovens, indígenas e escolas.

Cada evento de capacitação técnica realizado terá uma estratégia construída com o próprio grupo para implementação pós-curso (unidades de referência, replicagem do conteúdo, capacitação ou outra estratégia acordada anteriormente).

O programa irá trabalhar em estreita parceria com os demais Programas da EPAGRI através de capacitações (carneiro hidráulico, legislação ambiental...),

elaboração de material técnico, realizações de eventos estaduais e criação do grupo temático sobre mudanças climáticas.

O processo de gestão ambiental das unidades será implementado através de mobilização e sensibilização de toda EPAGRI, envolvendo os dirigentes e o quadro funcional, e em co-responsabilidade com os demais programas. Será de livre adesão. Anualmente, cada unidade que aderiu ao processo fará uma análise das metas atingidas e do desempenho nas atividades propostas pelos mesmos. Será realizado um evento anual para dar publicidade a esta ação, coincidindo com data comemorativa a questões ambientais (Semana do Meio Ambiente, por exemplo).

As Unidades de Gestão Técnica da Epagri serão apoiadas tecnicamente pelo Programa Gestão Social do Ambiente, através de visitas e reuniões realizadas pela coordenação e também pelo representante na UGT capacitado pelo Programa.

A Ação com Jovens, realizada com o apoio do SC Rural, terá suporte do Programa GSA através da ação articulada e planejada de seus representantes nas diferentes UGT's. O conteúdo relacionado com o programa será ministrado por este colaborador e seus parceiros na região, com base no material elaborado pelo Programa. No início de cada ano, será realizada uma oficina com a participação dos instrutores da parte ambiental para organizar os trabalhos (conteúdos, metodologias) e capacitar os mesmos.

Em conjunto com os programas afins, serão oportunizados o aprofundamento e compreensão das dinâmicas relacionadas ao espaço rural catarinense, baseadas na multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar por meio de vídeoconferências, reuniões, visitas e outros.

O Prêmio EPAGRI Escola Ecologia será divulgado através de e-mails, distribuição de folder, programas de rádio e televisão como forma de mobilizar as escolas a participarem do processo de premiação. A recomendação é que cada UGT preveja a contratação de transporte para participação das delegações nas solenidades de premiação. O projeto estadual irá organizar a cerimônia, compra do kit prêmio e divulgação de informações sobre o evento.

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Andréa Padilha (80%)

Bernardete Panceri (50%)

Suselei Brunato (2%)

Marta Correia (2%)

Leonir Claudino Lansnaster (2%)

Elenice Coelho de Almeida (2%)

Valquíria Muller kloh (2%)

Eduardo Briese Neujahr (2%)

ORÇAMENTO

Fonte recurso: SC Rural				
Valor total das atividades (metas):	47.400,00	47.390,00	31.140,00	0,00
Item Orcamentário	2014	2015	2016	2017
Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de consumo	36.490,00	23.140,00	23.140,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios de natureza social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serv. terceiros pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	10.000,00	18.000,00	8.000,00	0,00
Total:	46.490,00	41.140,00	31.140,00	0,00
Acumulado:	46.490,00	87.630,00	118.770,00	118.770,00

Fonte recurso: Próprio (Epagri)				
Valor total das atividades (metas):	0,00	0,00	0,00	13.350,00
Item Orcamentário	2014	2015	2016	2017
Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de consumo	0,00	0,00	0,00	13.350,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios de natureza social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serv. terceiros pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	13.350,00
Acumulado:	0,00	0,00	0,00	13.350,00



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PASSET, R. *A cogestão do desenvolvimento econômico e da biosfera*. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, 1994, p., p.15-31.

OWDITCH, J. L., BUONO, A. F. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 2006.